ViaQuatro

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 07.682.638/0001-07

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia: 1.1 Aos Acionistas: Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Neste exercício, a ViaQuatro continuou enfatizando o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, incorporando novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de metrô. **1.2 Apresentação:** A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., com sede em São Paulo, Capital, tem como objeto exclusivo a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra, com uma extensão de 8,9 km na Fase I, totalizando 12,8 km na Fase II, compreendendo todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, mas não se limitando à aquisição de bens e serviços, montagens, manutenção e operação parcial dos serviços por meio de ônibus. O prazo de vigência do contrato é de 32 anos, contados à partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada até o máximo de 35 anos, assegurando o prazo de exploração da operação de 30 anos, contados à partir do início da operação da Fase I. A Concessionária poderá explorar receitas alternativas, complementares, acessórias, receita de contraprestação pecuniária e a receita tarifária. O contrato de concessão foi assinado com o Poder Concedente em 29 de novembro de 2006 e por motivo de atraso na entrega de infraestrutura, ocorreu o 1° aditamento em 30 de novembro de 2007, o 2° aditamento em 29 de maio de 2008, o 3° aditamento em 18 de junho de 2010, o 4° aditamento em 25 de março de 2011 e o 5° aditamento em 26 de março de 2014. O plano original de operação contratual prevê: **Fase I -** Operação da Linha 4 - Amarela com frota de 14 trens, atendendo seis estações (Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Paulista, República e Luz) e o pátio de manutenção de Vila Sônia. A Fase I deverá ter um período operacional mínimo de quatro anos antes do início da operação da Fase II. O início das operações ocorreu conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº 3, em 21 de junho de 2010. **Fase II** - Operação da Linha 4 - Amarela com frota adicional de 15 trens e todas as suas estações previstas, sendo Vila Sônia, Morumbi, Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Fradique Coutinho, Oscar Freire, Paulista, Higienópolis, República e Luz. Em 15 de novembro de 2014 foi inaugurada a estação Fradique Coutinho dando início a Operação da Fase II. O percurso da estação Vila Sônia até Taboão da Serra será operado por meio de ônibus. **Fase III** - Operação sobre trilhos do trecho compreendido entre as estações Vila Sônia e Taboão da Serra, cujas condições de operação serão definidas durante a execução do contrato de concessão. **1.3 Destaques do Ano de 2015:** Participação Societária: • Em 04 de novembro de 2015, o acionista CCR S.A. passou a deter 60% da totalidade das ações da ViaQuatro decorrente do exercício de direito de *call* pela CCR S.A. com a transferência da totalidade das ações detidas pela RATP DÉVELOPPEMENT S.A. e pela BENITO ROGGIO TRANSPORTE S.A. Dividendos: • No dia 23 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da ViaQuatro, conforme destinações de resultados de exercícios anteriores, já aprovadas pelos acionistas em Assembleias Gerais Ordinárias, aprovou a distribuição de dividendos no valor de R$ 55.761 mil, à conta de parte do saldo da Reserva de Retenção de Lucros de 2014 e da totalidade do saldo da Reserva Especial de Dividendos. Os dividendos aprovados foram pagos em 26 de outubro de 2015. • No dia 29 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da ViaQuatro aprovou o destaque de juros sobre o capital próprio com base no Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2014, no valor bruto de R$ 12.664 mil, que serão pagos até 31 de dezembro de 2016, conforme vier a ser deliberado oportunamente. Destaque Operacional: Em 21 de outubro de 2015 a ViaQuatro obteve a recertificação da ISO 9001:2008.

2. Estratégia e Gestão: 2.1 Governança Corporativa: A ViaQuatro possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A composição da alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva. **2.2 Gestão de pessoas:** A ViaQuatro acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Em 2015 foram investidos R$ 1.510 mil na capacitação dos seus colaboradores. A tabela a seguir contém dados consolidados referentes aos nossos colaboradores:

Categoria	2015	2014
Administração	245	272
Operação	701	633
Turn-Over (%)	1,71	1,08

O reajuste salarial para o período 2014/2015 foi de 7%. O salário normativo da categoria é R$ 1.481,92.

3. Desempenho Econômico-Financeiro: Receitas (em milhares de Reais)

	2015	2014
Receita tarifária	376.567	353.062
Receita de contrato de construção	31.902	13.118
Receitas acessórias	28.645	25.589
Receita de contraprestação pecuniária	15.779	24.345
Receita de remuneração dos ativos - concessão	4.955	5.009
Outras receitas	184	174

O reajuste das tarifas é feito pela variação do IGP-M (50%) e do IPC (50%) em fevereiro de cada ano. Em 2015 o reajuste foi de 4,9%.

4. Riscos de Mercado: A exposição da ViaQuatro a taxas de juros flutuantes, está principalmente relacionada a variações de: Risco de taxa de juros • CDI, relativo a operações de *hedge* locais em reais; • *Libor* relativo a financiamentos em dólar; • A taxa de juros nas aplicações que realizamos é o CDI. Risco de taxa de câmbio • Dólar, relativo aos investimentos da Fase II e do saldo remanescente da Fase I; • Dólar, relativo ao Financiamento com Banco Interamericano de Desenvolvimento; • Euro, relativo aos investimentos da Fase II e do saldo remanescente da Fase I, por retenções de "eventos de pagamentos - milestones". Para minimizar os riscos cambiais, a ViaQuatro realiza a contratação de *hedge* para a proteção de seu endividamento em moeda estrangeira, relativo ao financiamento, cobrindo os próximos dois anos do serviço da dívida e os investimentos da Fase II. **5. Política Ambiental:** O compromisso com a sustentabilidade está baseado no tripé econômico, ambiental e social. O objetivo da ViaQuatro é desenvolver o negócio preservando o meio ambiente e a qualidade de vida da população de São Paulo. Em atendimento às legislações vigentes aplicáveis, a ViaQuatro elaborou o "Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos" que estabelece os procedimentos para controle e monitoramento dos resíduos gerados nas atividades, com o objetivo de assegurar que os resíduos são gerenciados de forma apropriada e segura, desde a geração até a destinação final. As ações de Educação Ambiental e de Sustentabilidade, promovidas pela ViaQuatro, visam garantir maior conscientização dos trabalhadores com as questões ambientais decorrentes das atividades de operação, principalmente com relação à necessidade de racionalização do consumo de recursos naturais. Em 2015, a partir da necessidade em obter um consumo consciente de energia elétrica, foi criado o Comitê de Sustentabilidade Energética da ViaQuatro com a missão de mapear ações de redução de consumo de energia, balizadas na sustentabilidade e com efeitos benéficos ao meio ambiente. O projeto "Uso racional e sustentável de energia elétrica das estações e túnel da Linha 4-Amarela" garantiu redução significativa de cerca de 1,7 milhão de kWh no período de junho a dezembro de 2015. Do ponto de vista sustentável, o resultado trouxe benefícios ao meio ambiente ao deixar de emitir 625,43 toneladas de CO^2 na atmosfera, equivalente à preservação de 4.137 árvores.

6. Premiações: *Prêmios:* **Ouvidoria da ViaQuatro escolhida entre as dez melhores do Brasil**, pela revista Consumidor Moderno, ABRAREC - Associação Brasileira das Relações Empresa-Cliente em parceria com a ABO - Associação Brasileira de Ouvidores, ago/2015.

Agradecimentos

A ViaQuatro agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras pela parceria desenvolvida. Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

7. Considerações finais: As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016.

A Administração.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2015	2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	153.288	123.130
Contas a receber	9	16.200	30.190
Contas a receber - partes relacionadas	12	15	46
Tributos a recuperar		32.327	41.665
Despesas antecipadas		1.940	1.819
Contas a receber com operações de derivativos	23	227.379	9.225
Estoques		27.302	15.156
Outros créditos		1.851	847
Total do ativo circulante		460.302	222.078
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	9	-	10.275
Contas a receber com operações de derivativos	23	22.080	53.374
Depósitos judiciais	11	1.408	31.301
Outros créditos		83	-
		23.571	94.950
Imobilizado	13	21.925	19.351
Intangível	14	717.921	677.445
Ativo diferido	15	-	4.334
Total do ativo não circulante		763.417	796.080
Total do ativo		1.223.719	1.018.158

Passivo	Nota	2015	2014
Circulante			
Financiamentos	17	156.163	105.617
Fornecedores	18	18.105	28.202
Fornecedores - partes relacionadas	12	518	515
Impostos e contribuições a recolher		2.541	1.856
Obrigações sociais e trabalhistas		18.500	16.076
Dividendos e JCP a pagar		10.797	24.120
Receita diferida	16	8.315	24.651
Outras contas a pagar		4.720	6.949
Total do passivo circulante		219.659	207.986
Não circulante			
Financiamentos	17	599.978	506.668
Impostos diferidos	10b	93.055	49.970
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	19	18	53
Outras contas a pagar		6.444	7.100
Total do passivo não circulante		699.495	563.791
Patrimônio líquido			
Capital social	20a	140.385	140.385
Reservas de lucro	20b	40.352	77.435
Ajuste avaliação patrimonial	20	123.828	28.561
Total do patrimônio líquido		304.565	246.381
Total do passivo e patrimônio líquido		1.223.719	1.018.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 *(Em milhares de Reais)*

		Capital social		Reserva de lucros					
	Nota	Subscrito	A integralizar	Legal	Especial dividendos	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial *Hedge accounting*	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014		149.607	(9.222)	1.026	4.875	14.624	-	-	160.910
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	81.030	-	81.030
Dividendos a pagar		-	-	-	(4.875)	-	-	-	(4.875)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	28.561	28.561
Destinações									
Reserva legal	20b	-	-	4.051	-	-	(4.051)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(19.245)	-	(19.245)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	57.734	(57.734)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		149.607	(9.222)	5.077	-	72.358	-	28.561	246.381
Reversão de dividendos destacados		-	-	-	24.120	-	-	-	24.120
Distribuição de dividendos intermediário em 23 de outubro de 2015	20d	-	-	-	-	(31.642)	-	-	(31.642)
Distribuição de dividendos em 23 de outubro de 2015	20d	-	-	-	(24.120)	-	-	-	(24.120)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	7.223	-	7.223
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	95.267	95.267
Destinações									
Reserva legal	20b	-	-	361	-	-	(361)	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(5.802)	(6.862)	-	(12.664)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		149.607	(9.222)	5.438	-	34.914	-	123.828	304.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	21	447.230	409.311
Custos dos serviços prestados			
Custo com pessoal		(63.142)	(53.199)
Custo de construção		(47.365)	(36.976)
Depreciação e amortização	13 e 14	(35.568)	(37.550)
Energia elétrica		(25.519)	(14.567)
Serviços		(11.388)	(13.528)
Materias consumidos de estoque		(11.188)	(6.276)
Seguro da infraestrutura		(3.097)	(2.998)
Materiais, equipamentos e veículos		(2.086)	(1.387)
Outros		(299)	(37)
		(199.652)	(166.518)
Lucro bruto		247.578	242.793
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(20.554)	(18.030)
Serviços		(15.982)	(16.133)
Depreciação e amortização	13 e 14	(3.780)	(3.688)
IPTU		(1.250)	(2.950)
Materiais, equipamentos e veículos		(843)	(1.062)
Seguro da infraestrutura		(3.142)	(3.121)
Outros		(1.891)	(4.632)
		(47.442)	(49.616)
Resultado antes do resultado financeiro		200.136	193.177
Resultado financeiro líquido	22	(194.834)	(70.732)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		5.302	122.445
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	10a	1.921	(41.415)
Lucro líquido do exercício		7.223	81.030
Lucro líquido por ação (em reais - R$)		0,0483	0,5416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.
(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Lucro líquido do exercício		7.223	81.030
Outros resultados abrangentes			
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado			
Hedge accounting	21	148.377	40.551
Ativação de *hedge* de fluxo de caixa		(4.032)	2.723
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(49.078)	(14.713)
		95.267	28.561
Total do resultado abrangente do exercício		102.490	109.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	18	7.223	81.030
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8a	(5.993)	23.992
Depreciação e amortização	11, 12 e 13	39.348	41.238
Baixa do ativo imobilizado	11	28	121
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	28	(1)
Variação cambial sobre financiamentos e derivativos	20	240.665	66.968
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	20	6.358	2.525
Juros sobre financiamentos	20	23.735	19.526
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	17	29	53
Ajuste a valor presente ativo financeiro	7	(4.955)	(5.009)
Resultado de operação com derivativos	20	(62.237)	(3.514)
Capitalização de custos de empréstimos	20	(1.769)	(440)
		235.237	**145.459**
Variações nos ativos e passivos:			
Aumento (redução) dos ativos:			
Contas a receber	7	(1.210)	(1.458)
Contas a receber - partes relacionadas	10	31	160
Recebimento do ativo financeiro	7	29.844	16.660
Ativo financeiro	7 e 14	(15.778)	(24.345)
Tributos a recuperar		9.338	(16.072)
Despesas antecipadas		(121)	148
Outros créditos		(1.087)	(268)
Estoques		(12.146)	(5.421)
Depósitos judiciais	9	29.893	(9.596)
Aumento (redução) dos passivos:			
Fornecedores	16 e 23	(35.835)	(554)
Fornecedores - partes relacionadas	10	3	420
Obrigações sociais e trabalhistas		2.424	117
Impostos e contribuições a recolher		685	27.300
Liquidação de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	17	(64)	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		-	(26.549)
Outras contas a pagar		(2.885)	2.289
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**245.552**	**189.320**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Liquidação da operação com derivativos	21	15.113	-
Aquisição de ativo imobilizado	11	(8.484)	(7.224)
Adição de ativo intangível	12	(52.491)	(9.777)
Adiantamento para adição de intangível	12	-	(91.916)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		**(45.862)**	**(108.917)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação da operação com derivativos	21	29.877	13.443
Pagamentos de principal		(122.903)	(90.027)
Pagamentos de juros		(18.877)	(16.302)
Dividendos			
Dividendos pagos a acionistas controladores		(57.629)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(169.532)**	**(92.886)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**30.158**	**(12.483)**
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	6	123.130	135.613
No final do exercício	6	153.288	123.130
		30.158	**(12.483)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: a) Constituição e objeto: A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("Companhia"), com sede em São Paulo, Capital, tem como objeto exclusivo a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra, com uma extensão de 8,9 km na Fase I, totalizando 12,8 km na Fase II, compreendendo todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, mas não se limitando à aquisição de bens e serviços, montagens, manutenção e operação parcial dos serviços por meio de ônibus. O prazo de vigência do contrato é de 32 anos, contados à partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada até o máximo de 35 anos, assegurando o prazo de exploração da operação de 30 anos, contados à partir do início da operação da Fase I. A Concessionária poderá explorar receitas alternativas, complementares, acessórias, receita de contraprestação pecuniária e a receita tarifária. O contrato de concessão foi assinado com o Poder Concedente em 29 de novembro de 2006, ocorrendo o 1° aditamento em 30 de novembro de 2007, o 2° aditamento em 29 de maio de 2008, o 3° aditamento em 18 de junho de 2010, o 4° aditamento em 25 de março de 2011 e o 5° aditamento em 26 de março de 2014. O plano original de operações foi dividido em três fases: • **Fase I** - Operação da Linha 4 - Amarela com frota de 14 trens, atendendo seis estações (Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Paulista, República e Luz) e o pátio de manutenção de Vila Sônia. A Fase I deverá ter um período operacional mínimo de quatro anos antes do início da operação da Fase II. O início das operações ocorreu conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº 3, em 21 de junho de 2010. • **Fase II** - Operação da Linha 4 - Amarela com frota adicional de 15 trens e todas as suas estações previstas, sendo Vila Sônia, Morumbi, Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Fradique Coutinho, Oscar Freire, Paulista, Higienópolis, República e Luz até o 1º trimestre de 2018. Em 15 de novembro de 2014 foi inaugurada a estação Fradique Coutinho dando inicio a Operação da Fase II. O percurso da estação Vila Sônia até Taboão da Serra será operado por meio de ônibus. • **Fase III** - Operação sobre trilhos do trecho compreendido entre as estações Vila Sônia e Taboão da Serra, cujas condições de operação serão definidas durante a execução do contrato de concessão. • **MOU** (Memorando de Entendimento) - No dia 2 de março de 2010, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes aditaram determinadas cláusulas do Contrato de Fornecimento datado do dia 7 de agosto de 2008 de forma a contemplar o subfaseamento da Fase I em 3 fases distintas, conforme segue: (a) Subfase 1.1 - estações Faria Lima e Paulista; (b) Subfase 1.2 - estações Faria Lima, Paulista, Butantã e Pinheiros; e (c) Subfase 1.3 - estações Faria Lima, Paulista, Butantã, Pinheiros, República e Luz. Como consequência dos trabalhos adicionais a serem executados, tal memorando de entendimento previu um acréscimo no valor global do Contrato de Fornecimento de aproximadamente US$ 40 milhões, a serem pagos conforme cumprimento das obrigações contratuais. • **5º Aditamento ao contrato de concessão** - assinado em 26 de março de 2014, o referido ato menciona as eventuais datas para disponibilização, pelo Poder Concedente da infraestrutura, para início da operação comercial com as 11 estações e frota de 29 trens, passa a ser 26 de março de 2018, estabelecendo ainda que a concessionária poderá por sua conta e risco antecipar parcialmente a entrada das estações referentes a Fase II. **b) Outras informações relevantes: (i) Processo nº 0107038-05.2006.8.26.0053 (antigo nº 053.06.107038-4 - 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo:** Trata-se de Ação Popular, distribuída em 17 de março de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e outros, visando à anulação de atos e procedimentos da Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. Em 12 de março de 2013 o Tribunal de Justiça de São Paulo manteve o deferimento do pedido do Ministério Público de inclusão das pessoas físicas signatárias do Contrato de Concessão no polo passivo da ação. Contra essa decisão foram interpostos recursos aos Tribunais Superiores, que aguardam juízo de admissibilidade. **(ii) Processo nº 0117119-13.2006.8.26.0053 (antigo nº 053.06.117119-0 - 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo:** Trata-se de Ação Popular, distribuída em 30 de junho de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitano de São Paulo-Metrô e outros, visando à anulação de todos os atos e procedimentos relacionados com a Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. Em 29 de outubro de 2009 foi proferida decisão determinando a conexão com a Ação Popular nº 053.06.107038-4, em curso na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Em razão da referida conexão, o andamento desta ação segue o da referida Ação Popular (item "i" acima). **2. Principais práticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia. **a) *Moeda estrangeira:*** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. **b) *Apuração do resultado:*** Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **c) *Receitas de Serviços:*** A receita operacional é reconhecida quando da utilização do passageiro nas estações da Linha 4 Amarela do Estado de São Paulo. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. No recebimento da contraprestação, caso os marcos contratuais sejam atendidos, mas os critérios para reconhecimento de receita ainda não, tais valores serão reconhecidos como receita diferida: Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **d) *Instrumentos financeiros:*** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. • Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. • Instrumentos financeiros derivativos: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quando da aplicação do *hedge* de fluxo de caixa. • Contabilidade de *hedge (hedge accounting):* A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*. Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data. Hedge de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que (i) seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que (ii) possa afetar o resultado. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "*Hedge accounting*". Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado. • Capital social: Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Ações preferenciais: As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto, e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. **e) *Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **f) *Custo de transação na emissão de títulos de dívida:*** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **g) *Ativo imobilizado:*** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)* acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição

continua

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

continuação

necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado como outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.
• Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas nº 13. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. ***h) Ativos intangíveis:*** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada. • Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "q". ***i) Ativo Diferido - Gastos pré-operacionais:*** O ativo diferido refere-se as despesas pré-operacionais que são amortizadas linearmente pelo período de cinco anos. Desde 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, consequentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculado ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção. Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09. ***j) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):*** • Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuro estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***k) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***l) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e/ou cambiais positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. ***m) Capitalização dos custos dos empréstimos:*** Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção. ***n) Benefícios a empregados:*** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***o) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente: tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração. ***p) Resultado por ação:*** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. ***q) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):*** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão metroviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização. ***r) Novos pronunciamentos e interpretações:*** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2015 pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia, nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de *hedge*.	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(b)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016; (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

3. Apresentação das demonstrações financeiras: Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014. ***Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):*** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Em 22 de fevereiro de 2016 foi aprovada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras. ***Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
• Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. ***Moeda funcional e moeda de apresentação:*** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***Uso de estimativas e julgamentos:*** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota	
2	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
9	Provisão para crédito de liquidação duvidosa
10b	Impostos diferidos
13	Depreciação do ativo imobilizado
14	Amortização dos ativos intangíveis
19	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
23	Instrumentos financeiros

6. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Investimentos em títulos financeiros: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos, resumem-se a contratos de *swaps* de moeda, de taxa de juros, NDF (non deliverable foward) e opções de compra de Libor, que visam a proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros. Operações de *swap* de juros e/ou de moeda e NDF: Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se ao fluxo de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&F e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração. Opções de compra de Libor com teto *(cap)*: O valor justo das opções de compra é calculado utilizando-se o modelo de *Black Scholes* para precificação de opções cambiais.

7. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da London Interbank Offered Rate (Libor). As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 15. As tarifas de metrô são atualizadas pela média ponderada, sendo 50% do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e 50% do IPC (Índice de Preços ao Consumidor). **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices *(covenants)* previsto em contratos de empréstimos e financiamentos. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos (a)	158.657	150.680	150.680	150.680	152.526

(a) Valores brutos dos custos de transação:

8. Caixa e equivalentes de caixa:

	2015	2014
Caixa e bancos	2.923	2.717
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	150.365	120.413
	153.288	123.130

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 98,41% do CDI, equivalente a 12,96% ao ano (10,56% ao ano, em média em 31 de dezembro de 2014).

9. Contas a receber:

	2015	2014
Circulante		
Tarifária	-	1.025
Publicidade	4.371	2.136
Contraprestação pecuniária (a)	11.898	27.070
	16.269	30.231
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (b)	(69)	(41)
	16.200	30.190
Não Circulante		
Contraprestação pecuniária (a)	-	10.275
	-	10.275

O quadro a seguir resume os saldos a receber por data de vencimento:

	2015	2014
Crédito a vencer	15.872	40.269
Créditos vencidos até 60 dias	118	188
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	210	8
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	59	37
Créditos vencidos há mais de 180 dias	10	4
	16.269	40.506

(a) Contraprestação pecuniária - Reconhecida integralmente a valor justo na data da obtenção do direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente decorrente da implantação da infraestrutura da Fase II, conforme 5º Aditamento ao contrato de concessão. (b) A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia. O quadro a seguir demonstra o direito de receber caixa do Poder Concedente:

	2014	2015				
Circulante	Saldo inicial	Reversão	Recebimento	Ajuste a valor presente	Transferência	Saldo final
Contraprestação pecuniária	27.070	(558)	(29.844)	4.955	10.275	11.898
	27.070	(558)	(29.844)	4.955	10.275	11.898
Não circulante						
Contraprestação pecuniária	10.275	-	-	-	(10.275)	-
	10.275	-	-	-	(10.275)	-

10. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.302	122.445
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(1.803)	(41.631)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Juros sobre capital próprio	4.305	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(368)	(293)
Despesas indedutíveis	(98)	(25)
Despesas com brindes e associações de classe	(58)	(81)
Incentivo relativo ao imposto de renda	-	809
Doações indedutíveis (Desportiva/Cultural/FCA)	-	(191)
Outros ajustes tributários	(57)	(3)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	1.921	(41.415)
Impostos correntes	(4.072)	(17.423)
Impostos diferidos	5.993	(23.992)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	1.921	(41.415)
Aliquota efetiva do imposto	-36%	34%

b. Impostos diferidos: O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2015	2014
Bases ativas		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	49.067	35.719
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	10.677	10.369
Custo de transação na emissão de títulos	2.958	2.676
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.857	1.984
Despesas diferidas para fins fiscais - Lei 11.638/07	-	1.298
Provisão IPTU	254	1.003
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	223	188
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	23	14
Outros	609	848
	65.668	54.099
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(71.545)	(81.148)
Hedge accounting	(57.728)	(13.786)
Ganho em operações com derivativos	(15.945)	(4.638)
Receita remuneração dos ativos - concessão	(3.388)	(1.703)
Variação cambial (c)	(9.588)	(2.367)
Pagamento de juros e principal - arrendamento mercantil financeiro	(261)	(260)
Outros	(268)	(167)
	(158.723)	(104.069)
Passivo diferido líquido	(93.055)	(49.970)

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2016	11.999
2017	18.431
2018	16.105
2019	2.532
	49.067

(b) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação e amortização oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos da Lei nº 11.638/07; (c) A Companhia informa que as variações cambiais deste item referem-se às operações de derivativos, cujo tratamento fiscal é regido pelo artigo 32 da Lei nº 11.051/04, por esse motivo a realização fiscal desta variação cambial se dará quando da efetiva liquidação da operação de derivativos.

11. Depósitos judiciais:

	2015	2014
ISS (a)	1.357	31.281
Depósitos trabalhistas	51	20
	1.408	31.301

(a) Em 04 de setembro de 2012 a Companhia ingressou com mandado de segurança preventivo com pedido de depósito judicial para assegurar o direito de não ser compelida a recolher, em favor da Municipalidade de São Paulo, o ISSQN em razão das prestações de serviços de transporte decorrentes do Contrato de Concessão firmado com o Estado de São Paulo, consistente na exploração da operação dos serviços de transporte metroviário de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. A Companhia efetuou o depósito do valor em discussão até maio de 2014. No mérito, referida ação judicial está vinculada à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0304416-55.2011.8.26.0000 ("ADI"), ajuizada pelo Governo do Estado de São Paulo contra a Municipalidade de São Paulo no TJ/SP, a qual foi julgada procedente pelo Órgão Especial do TJ/SP no sentido de se reconhecer a não incidência do ISSQN sobre tais prestações de serviços. O Recurso Extraordinário ("RE") interposto pela Prefeitura contra a referida decisão não foi admitido pelo STF, tendo transitado em julgado a decisão definitiva proferida pelo TJ/SP na ADI no sentido da não incidência do ISSQN. A Administração da Companhia suspendeu a realização dos depósitos judiciais em junho de 2014, desde então os valores dos depósitos estão sendo atualizados no balanço utilizando o índice da poupança mensal. Em 23 de dezembro de 2015, foi efetuado o levantamento de R$ 32.317 do total dos depósitos judiciais efetivados no curso do mandado de segurança. O levantamento do saldo remanescente, no valor de R$ 1.357, será efetuado após superadas pendências de natureza administrativa.

12. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	2015			
	Transações		Saldos	
	Resultado		Ativo	Passivo
	Serviços Prestados	Receitas	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladoras				
CCR (a)	3.526	-	-	277
Outras partes relacionadas				
CPC (b)	2.947	-	-	232
Samm (c)	-	-	15	-
Barcas (d)	-	-	-	10
Total circulante, 31 de dezembro de 2015			15	518
Total , 31 de dezembro de 2015	6.473	-	15	518
Total circulante, 31 de dezembro de 2014			46	515
Total, 31 de dezembro de 2014	6.302	174	46	515

Despesas com profissionais chaves da administração:

	2015	2014 (Reapresentado) (e)
Benefícios de curto prazo (f)	2.008	1.740
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	1.063	995
Complemento de PPR pago no ano	455	407
Previdência privada	123	130
Seguro de vida	7	7
	3.656	3.279

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	2015	2014 (Reapresentado) (e)
Remuneração dos administradores (f)	1.275	1.105

Na AGO realizada em 15 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R$ 3.500, a qual não inclui os encargos sociais. (a) Contrato de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (b) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (c) Ocupação e utilização mediante remuneração, para fins de instalação, operação, manutenção e exploração da infraestrutura de telecomunicações; (d) Refere-se aos encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; (e) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social e FGTS, para melhor apresentação; (f) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

13. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo:

	2014	2015			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.213	-	(30)	356	4.539
Máquinas e equipamentos	13.865	-	(116)	3.497	17.246
Veículos	2.172	-	-	24	2.196
Instalações e edificações	149	-	-	1.172	1.321
Equipamentos operacionais	8.892	-	(3)	(5.285)	3.604
Imobilizações em andamento	3.580	8.539	-	-	12.119
	32.871	8.539	(149)	(236)	41.025

	2013	2014			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.870	-	(63)	406	4.213
Máquinas e equipamentos	11.772	-	(175)	2.268	13.865
Veículos	1.879	-	(125)	418	2.172
Instalações e edificações	149	-	-	-	149
Equipamentos operacionais	8.882	-	(1)	11	8.892
Imobilizações em andamento	1.888	7.314	-	(5.622)	3.580
	28.440	7.314	(364)	(2.519)	32.871

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R$ 55 em 2015 (R$ 90 em 2014). A taxa média anual de capitalização em 2015 foi de 1,25% a.a. (custo dos empréstimos divididos pelo saldo médio de empréstimos e financiamentos) e 0,91% a.a. em 2014.

Movimentação da depreciação:

	Taxa média anual de depreciação %	2014 Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência (a)	2015 Saldo final
Móveis e utensílios	10	(1.532)	(438)	18	17	(1.935)
Máquinas e equipamentos	16	(7.060)	(2.478)	101	(5)	(9.442)
Veículos	23	(865)	(475)	-	-	(1.340)
Instalações e edificações	19	(123)	(10)	-	-	(133)
Equipamentos operacionais	26	(3.940)	(2.456)	2	144	(6.250)
		(13.520)	(5.857)	121	156	(19.100)

	Taxa média anual de depreciação %	2013 Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência (a)	2014 Saldo final
Móveis e utensílios	10	(1.147)	(414)	29	-	(1.532)
Máquinas e equipamentos	19	(4.818)	(2.400)	158	-	(7.060)
Veículos	22	(612)	(309)	56	-	(865)
Instalações e edificações	19	(114)	(10)	-	1	(123)
Equipamentos operacionais	20	(2.187)	(1.753)	-	-	(3.940)
		(8.878)	(4.886)	243	1	(13.520)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

14. Ativo Intangível: Movimentação do custo:

	2014 Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	2015 Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	605.944	34.073	2.449	642.466
Direitos de uso de sistemas informatizados	60.483	-	(2.213)	58.270
Adiantamento à fornecedores adições de intangível (c)	92.071	35.480	-	127.551
	758.498	69.553	236	828.287

	2013 Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	2014 Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	596.827	10.127	(1.010)	605.944
Direitos de uso de sistemas informatizados	56.954	-	3.529	60.483
Adiantamento à fornecedores adições de intangível	155	91.916	-	92.071
	653.936	102.043	2.519	758.498

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível. (b) Do saldo de R$ 642.466 em 31 de dezembro de 2015, R$ 19.635 referem-se a intangíveis em andamento, substancialmente a equipamentos de material rodante e sistemas em fase de instalação; (c) Do saldo de R$ 127.551 em 31 de dezembro de 2015, R$ 112.218 referem-se a adiantamento a fornecedores estrangeiros (Siemens SAS; Siemens AG; Hyundai Rotem) para aquisição de equipamentos de material rodante e sistemas em fase de instalação da Fase II.

Movimentação da amortização:

	Taxa média anual de amortização %	2014 Saldo inicial	Adições	Transferência (a)	2015 Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(d)	(57.848)	(21.270)	(652)	(79.770)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(23.205)	(7.887)	496	(30.596)
		(81.053)	(29.157)	(156)	(110.366)

	Taxa média anual de amortização %	2013 Saldo inicial	Adições	Transferência (a)	2014 Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(d)	(37.956)	(19.891)	(1)	(57.848)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(15.412)	(7.793)	-	(23.205)
		(53.368)	(27.684)	(1)	(81.053)

(d) Amortização pela curva do benefício econômico; Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R$ 1.714 em 2015 (R$ 350 em 2014). A taxa média anual de capitalização em 2015 foi de 1,25% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos e financiamentos) e 0,91% a.a. em 2014. Foram reduzidos aos ativos intangíveis resultados de *hedge accounting* no montante de R$ 4.032 em 2015.

15. Ativo Diferido:

	2015 Custo	Amortização (a)	Líquido	2014 Líquido
Gastos pré-operacionais				
Despesas com variações monetárias e cambiais	20.642	(20.642)	-	2.064
Serviços de terceiros	10.576	(10.576)	-	1.058
Serviços de modelagem financeira	10.516	(10.516)	-	1.052
Custos e despesas com pessoal	9.782	(9.782)	-	978
Despesas financeiras	8.596	(8.596)	-	860
Gastos gerais	1.845	(1.845)	-	183
Impostos sobre receitas financeiras	278	(278)	-	27
Materiais, equipamentos e veículos	291	(291)	-	29
Depreciação e amortização	157	(157)	-	17
Receitas financeiras	(19.344)	19.344	-	(1.934)
	43.339	(43.339)	-	4.334

(a) O ativo diferido foi totalmente amortizado no 2º trimestre de 2015 (R$ 8.668 em 2014).

continua

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

continuação

16. Receitas diferidas: O saldo de receitas diferidas, no montante de R$ 8.315, (R$ 24.651 em 2014) refere-se a receitas de construção da infraestrutura ainda não realizada.

17. Financiamentos:

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2015	Vencimento final	2015	2014	
Em moeda estrangeira								
BID - A Loan (b)	US$ + LIBOR + 2,2% a 2,8% a.a.	4,2287% (a)	6.755	2.124	Fevereiro de 2023	193.032	147.588	(c)
BID - B Loan (b)	US$ + LIBOR + 1,9% a 2,5% a.a.	3,7516% (a)	23.950	4.958	Fevereiro de 2020	563.109	464.697	(c)
Subtotal em moeda estrangeira				7.082		756.141	612.285	
						756.141	612.285	
						2015	**2014**	
Circulante								
Financiamentos						158.657	108.649	
Custos de transação						(2.494)	(3.032)	
						156.163	105.617	
Não Circulante								
Financiamentos						604.566	513.749	
Custos de transação						(4.588)	(7.081)	
						599.978	506.668	

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada. (b) Por entender ser informação mais relevante, dado que as operações estão integralmente protegidas por contratos de *swap*, a Companhia decidiu mensurar estas operações ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa n° 23 para maiores detalhes). **Garantias:** (c) Cessão das contas bancárias e da indenização.

Cronograma de desembolsos (não circulante):

	2015
2017	150.680
2018	150.680
2019	150.680
Após 2019	152.526
	604.566

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. Em 7 de outubro de 2008, foi contratado financiamento de longo prazo, no valor total de US$ 368.700 mil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a participação de outros bancos comerciais. Este financiamento destina-se a investimentos previstos nas Fases I e II do Contrato de Concessão e está assim dividido: Financiamento BID A (Fase I): Possui valor de US$ 69.200 mil e prazo total de 15 anos; Financiamento BID A (Fase II): Possui valor de US$ 59.500 mil. O prazo e o custo serão equivalentes às condições de mercado no momento da Fase II; Financiamento BID B (somente Fase I): Possui valor de US$ 240.000 mil e prazo total de 12 anos. De acordo com as condições estipuladas no contrato de financiamento, poderá ser utilizada Taxa Básica Alternativa (*ABR Prime*) em substituição a Libor quando: • Em razão de circunstâncias que afetem o mercado, meios adequados e razoáveis não existam para identificar a Libor na data de apuração da taxa de juros em questão; • Os participantes necessários determinarem e notificarem o BID, por escrito, que a Libor não refletirá de modo adequado e justo o custo para os participantes. Os montantes foram creditados à Concessionária mediante o atendimento de condições precedentes. As principais garantias e cláusulas restritivas deste financiamento são as seguintes: • Alienação fiduciária e usufruto condicional de 100% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da Companhia; • Cessão fiduciária dos direitos e créditos da Concessionária, inclusive aqueles decorrentes das contas bancárias; • Cessão fiduciária dos direitos e créditos oriundos do Contrato de Concessão, inclusive de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão; • Contratar operação de *hedge* de taxa de juros ao montante de 75% do valor total desembolsado, até 15 de fevereiro de 2013. Após essa data o montante protegido deverá ser de 100% do total desembolsado, até o vencimento do financiamento; • Contratar operação de *hedge* de moeda ao montante de 25% do valor total desembolsado, caso a taxa a termo do dólar de março de 2010 esteja acima de R$ 2,40. Após a entrega das obras de infraestrutura, deverá ser efetuado *hedge* de 100% do valor correspondente aos próximos quatro pagamentos de juros e principal (2 anos); • Não constituir qualquer ônus sobre qualquer direito, participação, exceto aqueles expressamente permitidos no contrato de financiamento; • Não contrair ou manter, sem o consentimento do BID, qualquer dívida exceto, dentre outras: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com os patrocinadores do projeto; (ii) empréstimo de capital de giro/dívida de curto prazo que não exceda R$ 7.500; • Não alienar ou de alguma forma dispor de seus ativos ou direitos, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento; • Manter em conta reserva o equivalente a 6 (seis) meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária para o mesmo valor, após último desembolso do financiamento da Fase I do Projeto; • Manter em conta reserva o equivalente a 3 (três) meses do custo de operação e manutenção projetadas ou obter carta de fiança; • Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio antes da data de Conclusão do Projeto da Fase I; • Somente distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, após a obtenção do Certificado de Conclusão da Fase I do Projeto, se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, o índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + "fees" e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3;

18. Fornecedores:

	2015	2014
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	13.582	22.421
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (b)	4.292	5.595
Cauções e retenções contratuais	231	186
	18.105	28.202

(a) A Companhia possui como principais fornecedores estrangeiros a Siemens AG, Siemens SAS, Sepsa e Hyundai Rotem Company para implantação do projeto, que prevê fornecimento dos sistemas de sinalização, de comando centralizado da via e pátio, de comunicação móvel e dos trens, incluindo sobressalentes e obrigatórios para os sistemas. (b) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a melhorias, manutenção e conservação.

19. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e previdenciárias. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

	2014	2015				
Não circulante	**Saldo inicial**	**Constituição**	**Reversão**	**Pagamentos**	**Atualização monetária**	**Saldo final**
Cíveis e administrativos	-	29	-	(29)	-	-
Trabalhistas e previdenciários	53	40	(81)	(10)	16	18
	53	69	(81)	(39)	16	18

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R$ 1 e R$ 24, respectivamente. A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2015	2014
Cíveis e administrativos	37	-
Trabalhistas e previdenciárias	297	7
	334	7

20. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social da Companhia é composto de R$ 149.607.142 ações nominativas, sem valor nominal, dos quais R$ 9.222 ainda não foram integralizados, sendo 74.803.571 ações ordinárias e preferenciais. Em 20 de outubro de 2015 e 23 de outubro de 2015 as acionistas Benito Roggio Transportes S.A. e RATP Developpement S.A., transferiram para a acionista CCR S.A. a totalidade de suas ações representada por 1% do capital social de cada Companhia, condicionada à aprovação dos financiadores.

	2015			2014		
	Participação acionária	**Quantidade de ações**	**Ações a integralizar**	**Participação acionária**	**Quantidade de ações**	**Ações a integralizar**
CCR S.A.	60,00%	89.764	5.533	58,00%	86.772	5.349
Montgomery Participações S.A.	30,00%	44.882	2.767	30,00%	44.882	2.767
Mitsui & CO. LTD	10,00%	14.961	922	10,00%	14.961	922
Benito Roggio Transporte	-	-	-	1,00%	1.496	92
RATP Developpement	-	-	-	1,00%	1.496	92
	100,00%	149.607	9.222	100,00%	149.607	9.222

b. Reserva de lucros: • Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2015, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e recomendado pelo CAD, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2016. A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão. **d. Dividendos:** Em 23 de outubro de 2015, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos no montante de R$ 55.762, correspondentes a R$ 0,3727 por ação, pagos em 26 de outubro de 2015, sendo R$ 31.642 à conta de parte do saldo de Reserva de Retenção de Lucros e R$ 24.120 à conta do saldo de Reserva Especial de Dividendos. **e. Juros sobre o capital próprio:** Em 29 de dezembro de 2015, foi aprovado em ata Reunião do Conselho de Administração o destaque pela Companhia de juros sobre capital próprio no montante de R$ 12.664 relativos ao lucro do exercício, que serão pagos até 31 de dezembro de 2016. **f. Lucro por ação:** A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

	2015	2014
Numerador		
Lucro líquido do exercício	7.223	222.494
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	149.607	149.607
Lucro (prejuízo) por ação ordinária e preferencial - básico e diluído em R$	0,0483	1,4872

21. Receitas

	2015	2014
Receita tarifária	376.567	353.062
Receita de contrato de construção	31.902	13.118
Receitas acessórias	28.645	25.589
Receita de contraprestação pecuniária	15.779	24.345
Receita de remuneração dos ativos - concessão	4.955	5.009
Outras receitas	184	174
Receita bruta	458.032	421.297
Impostos sobre receitas	(10.645)	(10.632)
Abatimentos	(157)	(1.354)
Deduções das receitas brutas	(10.802)	(11.986)
Receita líquida	447.230	409.311

22. Resultado Financeiro

	2015	2014
Despesas Financeiras		
Variação cambial sobre financiamentos	(347.369)	(137.978)
Juros sobre financiamentos	(23.735)	(19.526)
Perda com operações de derivativos	(117.837)	(25.468)
Variação cambial fornecedores	(10.106)	(3.923)
Variação cambial sobre derivativos	(7.023)	(4.446)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(4.683)	(4.232)
IOF	(1.356)	(874)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.769	440
Juros e multas	(2.550)	(31)
	(512.890)	(196.038)
Receitas Financeiras	(a)	
Ganho com operações de derivativos	180.074	28.982
Variação cambial sobre financiamentos	85.468	65.676
Variação cambial sobre derivativos	28.259	9.780
Rendimento sobre aplicações financeiras	14.424	13.953
Juros sobre impostos a recuperar	3.787	2.651
Juros e outras receitas financeiras	2.296	2.866
Variação cambial fornecedores	3.748	1.398
	318.056	125.306
Resultado Financeiro Líquido	(194.834)	(70.732)

(a) Os valores estão deduzidos do Pis e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R$ 501.

23. Instrumentos Financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de, pelo menos 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, vincendos nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria:

	2015	2014				
	Valor justo através do resultado	**Empréstimos e recebíveis**	**Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado**	**Valor justo através do resultado**	**Empréstimos e recebíveis**	**Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado**
Ativos						
Aplicações financeiras	150.365	-	-	120.413	-	-
Contas a receber	-	4.302	-	-	3.120	-
Ativo financeiro	-	11.898	-	-	37.345	-
Contas a receber com operações de derivativos	249.459	-	-	62.599	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	15	-	-	46	-
Passivos						
Financiamentos em moeda estrangeira (a)	-	-	(756.141)	-	-	(612.285)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(29.269)	-	-	(42.251)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(518)	-	-	(515)
	399.824	16.215	(785.928)	183.012	40.511	(655.051)

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações; • **Contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • **Financiamentos** - São classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à Libor. Conforme descrito na nota explicativa nº 15, esses financiamentos são relativos a operações de *"Project Finance"*. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2015	2014
Aplicações financeiras	150.365	120.413
Derivativos	249.459	62.599

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio de resultado. A Companhia, visando cumprir as exigências de seu contrato de financiamento com o BID, conforme descrito na nota explicativa nº 15 e visando a mitigação dos riscos de taxa de juros, contratou opções de compra da Libor com teto de 4,5% a.a. para todo o fluxo de juros de seu financiamento, como também, operações de s*wap* para proteger os fluxos de caixa do endividamento em moeda estrangeira para os próximos dois anos. A Companhia contratou NDF´s para proteção contra a variação cambial de futuras aquisições de equipamentos. Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram negociados em mercado de balcão. Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

					Valores de Referência (Nocional) (1)				Valor Justo		Valores Brutos Liquidados		Efeito Acumulado		Resultado			
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local Recebidos/ (Pagos)		Valores a receber/ (recebidos)		Efeito acumulado ganho/ (Perda)		Ganho/(Perda) em resultado abrangente	
	Contraparte	**Data de início dos contratos**	**Data de Vencimento**	**Posição (Valores de Referência)**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
OPÇÕES DE COMPRA																		
Posição ativa	Vários (2)	20/07/2009	15/02/2023 (3)	Strike Call de Libor de 4,5% a.a.	270.593	270.593	1.056.612	718.749	787	2.437	-	-	787	2.437	(1.650)	(2.425)	-	-
NDF																		
Posição ativa	Bradesco	14/08/2014	12/08/2016	USD Taxa *forward* de USD de R$ 2,7325	22.665	22.665	88.502	60.203	31.065	6.555	-	-	31.065	6.555	24.510	6.555	-	-
Posição ativa / Posição passiva	HSBC	09/09/2014	04/01/2016	USD Taxa *forward* de USD de R$ 2,5899	3.023	3.023	11.804	8.030	3.971	875	-	-	3.971	875	-	-	3.096	875
Posição ativa / Posição passiva	Merril Lynch	09/09/2014	01/02/2016	USD Taxa *forward* de USD de R$ 2,6088	5.043	5.043	19.692	13.395	6.947	1.461	-	-	6.947	1.461	-	-	5.486	1.461
Posição ativa / Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	01/03/2016	USD Taxa *forward* de USD de R$ 2,6269	8.476	8.476	33.097	22.514	11.672	2.456	-	-	11.672	2.456	-	-	9.216	2.456
Posição ativa / Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	01/04/2016	USD Taxa *forward* de USD de R$ 2,6485	3.674	3.674	14.346	9.759	5.057	1.064	-	-	5.057	1.064	-	-	3.993	1.064
Posição ativa / Posição passiva	HSBC	09/09/2014	02/05/2016	USD Taxa *forward* de USD de R$ 2,6672	11.623	11.623	45.385	30.873	16.025	3.361	-	-	16.025	3.361	-	-	12.664	3.361
Posição ativa / Posição passiva	HSBC	09/09/2014	01/06/2016	USD Taxa *forward* de USD de R$ 2,6878	20.101	20.101	78.490	53.392	27.667	5.799	-	-	27.667	5.799	-	-	21.868	5.799
Posição ativa / Posição passiva	Merrill Lynch	09/09/2014	01/07/2016	USD Taxa *forward* de USD de R$ 2,7090	21.592	21.592	84.312	57.353	29.667	6.204	-	-	29.667	6.204	-	-	23.463	6.204
Posição ativa / Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	01/08/2016	USD Taxa *forward* de USD de R$ 2,7287	16.220	16.220	63.336	43.084	22.248	4.656	-	-	22.248	4.656	-	-	17.592	4.656
Posição ativa / Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	01/09/2016	USD Taxa *forward* de USD de R$ 2,7508	19.170	19.170	74.855	50.919	26.207	5.444	-	-	26.207	5.444	-	-	20.763	5.444
Posição ativa / Posição passiva	HSBC	26/09/2014	03/10/2016	USD Taxa *forward* de USD de R$ 2,9173	1.090	1.090	4.256	2.895	1.345	181	-	-	1.345	181	-	-	1.164	181
Posição ativa / Posição passiva	HSBC	26/09/2014	01/11/2016	USD Taxa *forward* de USD de R$ 2,9355	10.000	10.000	39.048	26.562	12.330	1.665	-	-	12.330	1.665	-	-	10.665	1.665
Posição ativa / Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	04/01/2016	EUR Taxa *forward* de EUR de R$ 3,3756	3.473	3.473	14.762	11.207	3.037	561	-	-	3.037	561	-	-	2.476	561
Posição ativa / Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	01/02/2016	EUR Taxa *forward* de EUR de R$ 3,4043	579	579	2.461	1.868	552	94	-	-	552	94	-	-	458	94
Posição ativa / Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	01/03/2016	EUR Taxa *forward* de EUR de R$ 3,4309	228	228	969	736	217	37	-	-	217	37	-	-	180	37
Posição ativa / Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	01/04/2016	EUR Taxa *forward* de EUR de R$ 3,4617	2.266	2.266	9.631	7.312	2.169	371	-	-	2.169	371	-	-	1.798	371
Posição ativa / Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	02/05/2016	EUR Taxa *forward* de EUR de R$ 3,4906	1.953	1.953	8.301	6.302	1.878	318	-	-	1.878	318	-	-	1.560	318
Posição ativa / Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	01/06/2016	EUR Taxa *forward* de EUR de R$ 3.5207	36	36	153	116	34	6	-	-	34	6	-	-	28	6
Posição ativa / Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	01/07/2016	EUR	1.088	1.088	4.624	3.511	1.043	173	-	-	1.043	173	-	-	870	173

continua

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

continuação

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional) (1) – Moeda Estrangeira 2015	Moeda Estrangeira 2014	Moeda Local 2015	Moeda Local 2014	Valor Justo – Moeda Local 2015	Valor Justo – Moeda Local 2014	Valores Brutos Liquidados – Moeda Local Recebidos/(Pagos) 2015	Valores Brutos Liquidados 2014	Efeito Acumulado – Valores a receber/(recebidos) 2015	Efeito Acumulado 2014	Resultado – Efeito acumulado ganho/(Perda) 2015	Efeito acumulado ganho/(Perda) 2014	Ganho/(Perda) em resultado abrangente 2015	Ganho/(Perda) em resultado abrangente 2014
Posição passiva				Taxa *forward* de EUR de R$ 3.5562														
Posição ativa	Bradesco	09/09/2014	01/08/2016	EUR	536	536	2.278	1.730	515	85	-	-	515	85	-	-	430	85
Posição passiva				Taxa *forward* de EUR de R$ 3.5858														
Posição ativa	Bradesco	09/09/2014	01/09/2016	EUR	549	549	2.333	1.772	526	84	-	-	526	84	-	-	442	84
Posição passiva				Taxa *forward* de EUR de R$ 3.6207														
Posição ativa	Merrill Lynch	26/09/2014	01/11/2016	EUR	311	311	1.322	1.004	267	33	-	-	267	33	-	-	234	33
Posição passiva				Taxa *forward* de EUR de R$ 3,7962														
Posição ativa	Merrill Lynch	26/09/2014	03/10/2016	EUR	513	513	2.180	1.655	441	22	-	-	441	22	-	-	419	22
Posição passiva				Taxa *forward* de EUR de R$ 3,7618														
SWAP																		
Posição ativa	BTG Pactual	13/08/2015	15/08/2017 (4)	USD	22.200	22.900	86.687	60.827	80.986	-	-	-	4.171	-	4.171	-	-	-
Posição passiva				78,35% do CDI					(76.815)	-								
Posição ativa	BTG Pactual	14/02/2014	15/02/2016 (4)	USD	22.690	22.690	88.600	60.269	84.212	61.060	-	-	17.122	9.434	7.688	9.434	-	-
Posição passiva				82% do CDI					(67.090)	(51.626)								
Posição ativa	Votorantim	13/02/2015	14/02/2017 (4)	USD	22.600	-	88.248	-	87.065	-	-	-	22.499	-	22.499	-	-	-
Posição passiva				76,50% do CDI					(64.566)	-								
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2015							1.926.284	1.256.037	249.459	53.376	-	-	249.459	53.376	57.218	13.564	138.865	34.950
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS NO EXERCÍCIO DE 2015 E 2014									-	9.223	44.990	13.443	-	9.223	26.255	(4.716)	9.512	8.326
TOTAL DAS OPERAÇÕES									249.459	62.599	44.990	13.443	249.459	62.599	83.473	8.848	148.377	43.276

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente. (2) As contrapartes são: Banco Santander (Brasil) S.A., SMBC Capital Markets Limited, Banco Bilbao Vizcaya Argentina S.A., WestLB AG New York Branch, Espírito Santo Investment p.l.c, Societé Generale/Paris; (3) As opções de compra foram divididas em 54 tranches, sendo uma para cada vencimento de juros de cada tranche do contrato de financiamento do BID, com vencimentos semestrais entre agosto de 2009 e fevereiro de 2023; (4) Os contratos possuem vencimentos intermediários de janeiro a novembro de 2016, fevereiro e agosto de 2017 e fevereiro de 2023;

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	2015	2014
Riscos cambiais	83.473	8.848

Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:** Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R$ (1)	Risco	Efeito em R$ no resultado – Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Dívida em USD - BID	Fevereiro de 2023	763.222	Aumento da cotação do USD	-	(190.806)	(381.611)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Agosto de 2017	(87.338)	Diminuição da cotação do USD	-	21.835	43.669
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Fevereiro de 2016	(88.248)	Diminuição da cotação do USD	-	22.062	44.124
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Fevereiro de 2017	(86.687)	Diminuição da cotação do USD	-	21.672	43.343
Hedge NDF do serviço da dívida	Agosto de 2016	(88.502)	Diminuição da cotação do USD	-	48.696	70.821
Compromissos em USD	Novembro de 2016	468.619	Aumento da cotação do USD	-	(259.746)	(376.901)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Novembro de 2016	(468.619)	Diminuição da cotação do USD	-	259.746	376.901
Compromissos em Euro	Novembro de 2016	49.012	Aumento da cotação do Euro	-	(21.114)	(33.366)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Novembro de 2016	(49.012)	Diminuição da cotação do Euro	-	21.114	33.366
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	(76.541)	(179.654)
Moedas em 31/12/2015:						
	Dólar			3,9048	4,8810	5,8572
	Euro			4,2504	5,3130	6,3756

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2015.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2016 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R$ (4)	Efeito em R$ no resultado – Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Empréstimo BID	Aumento da Libor de 6 meses (3)	Fevereiro de 2023	763.223	(21.690)	(22.696)	(23.702)
Efeito líquido				(21.690)	(22.696)	(23.702)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Fevereiro de 2016	81.003	(8.808)	(10.971)	(13.121)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Fevereiro de 2017	64.746	(813)	(1.002)	(1.186)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2017	69.771	(7.398)	(9.213)	(11.015)
				(17.019)	(21.186)	(25.322)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(38.709)	(43.882)	(49.024)
As taxas de juros consideradas foram (1):						
	CDI (2)			14,14%	17,68%	21,21%
	LIBOR 6 meses (3)			0,8462%	1,0577%	1,2692%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2015, divulgada pela CETIP; (3) Refere-se às taxas Libor de 6 meses, divulgada pela Intercontinental Exchange (ICE), em 31/12/2015; (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2015, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro acima, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

24. Compromissos vinculados a contratos de concessão: A Companhia assumiu compromissos de investimentos de acordo com seu contrato de concessão a serem cumpridos até o final do prazo da concessão, no montante de R$ 916.720 em 31 de dezembro de 2015 (R$ 666.645 em 31 de dezembro de 2014). Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura e, consequentemente, geração de receitas adicionais. Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

25. Demonstração dos fluxos de caixa: Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram caixa dos exercícios 2015 e 2014. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2015	2014
Fornecedores	19.380	15.859
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	19.380	15.859
Adições ao ativo intangível	(19.380)	(15.859)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(19.380)	(15.859)

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Composição do Conselho de Administração

Ítalo Roppa - Conselheiro
Renato Alves Vale - Presidente do Conselho
Arthur Piotto Filho - Conselheiro
Irineu Berardi Meireles - Conselheiro
Sérgio Luiz Pereira de Macedo - Conselheiro
Kazuhisa Ota - Conselheiro

Composição da Diretoria

Harald Peter Zwetkoff - Diretor Presidente
Maurício Dimitrov - Diretor
Régio Marcelo Nóbrega Fernandes - Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. - São Paulo - SP

Introdução: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n°2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC n°1 SP 276957/O-4